

# A urbanística de Lucio Costa na revisão do moderno: o projeto da Capital da Nigéria e sua relação com Brasília

*Lucio Costa's urbanistics in the revision of the modern: the project of the Capital of Nigeria and its relation with Brasilia*

*La urbanística de Lucio Costa en la revisión de lo moderno: el proyecto de la Capital de Nigeria y su relación con Brasilia*

---

**Carla Conceição Barreto** 

Universidade do Porto; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU).  
Porto, Porto, Portugal  
correiodacarla@gmail.com

---

## CRediT

**Contribuição de autoria:** Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de Dados; Metodologia; Supervisão; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição: BARRETO, C. C.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Financiamento:** Fundação para Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), sob referência UI/BD/151126/2021.

**Aprovação de ética:** Não se aplica.

**Uso de I.A.:** Não se aplica.

**Editores responsáveis:** Daniel Sant'Ana (Editor-Chefe); Luciana Saboia F. Cruz (Editora Associada); Carolina Pescatori C. Silva (Editora Associada); Maria do Carmo L. Bezerra (Editora Associada); Leandro S. Cruz (Editor Convidado); Sara Cristina C. Zampronha (Assistente editorial); Sarah A. B. Vencio; Pedro O. B. Pinto (Assistente editorial).

---

## Resumo

A partir da década de 1950, uma revisão crítica passou a problematizar as concepções urbanísticas modernas provocando uma mudança de conjuntura, ao adicionar ao movimento racionalista modelos abertos de expressões urbanas variadas. Questões como as preexistências ambientais e topográficas, a arquitetura vernacular, a expressividade de formas arquitetônicas orgânicas e escultóricas, a participação do destinatário e outros fatores, preponderaram nas metodologias urbanísticas direcionando para mudanças formais. A análise do projeto urbanístico da capital da Nigéria do arquiteto Lucio Costa, realizado em 1976, tem como objetivo avaliar a proposta inserida no debate da revisão do movimento moderno. Inicialmente, o artigo apresenta a contextualização no âmbito internacional e, posteriormente, as definições do projeto urbanístico da capital da Nigéria. Utilizou-se como suporte de pesquisa o projeto da capital da Nigéria, bem como sua documentação própria, o estudo comparativo com a morfologia do Plano Piloto de Brasília e as questões relativas à revisão do moderno. Ao verificarmos o projeto de Lucio Costa, é possível identificar que parte das questões dessa revisão foram incorporadas na formulação da proposta urbana para a capital da Nigéria.

**Palavras-Chave:** Capital da Nigéria; Lucio Costa; Urbanismo; Moderno; Pós-moderno.

## Abstract

From the 1950s onwards, a critical review began to problematize modern urban concepts, provoking a change in the situation by adding open models of varied urban expressions to the rationalist movement. Issues such as environmental and topographic pre-existence, vernacular architecture, the expressiveness of organic and sculptural architectural forms, the recipient's participation and other factors prevailed in urban methodologies leading to formal changes. The analysis of the urban design of the capital of Nigeria by the architect Lucio Costa, carried out in 1976, aims to evaluate the proposal within the debate of the revision of the modern movement. Initially, the article presents the context of the review in the international scope and, later, the definitions of the urban project of the capital of Nigeria. The Nigerian capital project was used as support for analysis, as well as its own documentation, the comparative study with the morphology of the Pilot Plan of Brasilia and issues related to the revision. By checking Lucio Costa's project, it is possible to identify which part of the issues of the modern revision were incorporated into the formulation of the urban proposal for the capital of Nigeria.

**Keywords:** Capital of Nigeria; Lucio Costa; Urbanism; Modern; Postmodern.

## Resumen

A partir de la década de 1950, una revisión crítica comenzó a problematizar los conceptos urbanos modernos, provocando un cambio de situación al incorporar modelos abiertos de variadas expresiones urbanas al movimiento racionalista. Cuestiones como la preexistencia ambiental y topográfica, la arquitectura vernácula, la expresividad de las formas arquitectónicas orgánicas y escultóricas, la participación del destinatario y otros factores prevalecieron en metodologías urbanas conducentes a cambios formales. El análisis del diseño urbano de la capital de Nigeria realizado por el arquitecto Lucio Costa, realizado en 1976, pretende evaluar la propuesta dentro del debate de la revisión del movimiento moderno. Inicialmente, el artículo presenta el contexto de la revisión en el ámbito internacional y, posteriormente, las definiciones del proyecto urbano de la capital de Nigeria. Se utilizó como soporte para el análisis el proyecto de la capital nigeriana, así como su propia documentación, el estudio comparativo con la morfología del Plan Piloto de Brasilia y cuestiones relacionadas con la revisión. Al revisar el proyecto de Lucio Costa, es posible identificar qué parte de los temas de la revisión moderna se incorporaron en la formulación de la propuesta urbana para la capital de Nigeria.

**Palabras clave:** Capital de Nigeria; Lucio Costa; Urbanismo; Moderno; Posmoderno.

## 1 Introdução

O projeto da capital da Nigéria realizado por Lucio Costa, em 1976, duas décadas subsequentes ao Plano Piloto de Brasília (1957), ocorreu numa atmosfera de revisão do movimento moderno. O período pós-guerra abriu caminhos para diferentes tentativas, entre teorias e práticas, de determinar morfologicamente a cidade e de elaborar novas teorias urbanas, ora buscando métodos de projetos para contrapor ou ampliar as questões relacionadas a forma e a função, ora reelaborando uma nova teoria linguística de representação que considerava a defesa do planejamento historicista ou até uma abertura para novas utopias supertecnológicas. As mudanças propostas durante o processo de revisão do movimento moderno originaram-se a partir das críticas morfológicas ao urbanismo moderno. Prevaleceram questões em torno das propriedades físicas locais, sobre a expressão social e cultural originária e o rompimento com a tradição da paisagem local, bem como empreendeu-se uma crítica à objetiva intenção de dispersar elementos históricos no tempo e ao método de universalizar as particularidades das comunidades.

O objetivo deste artigo é analisar o projeto da capital da Nigéria e sua relação com o Plano Piloto de Brasília dentro do debate da revisão do movimento moderno. Diante das significativas mudanças disciplinares que estavam a ocorrer desde a década de 1950, o projeto da capital da Nigéria aponta algumas incorporações da revisão do moderno na urbanística de Lucio Costa. Embora sua proposta não tenha sido aceita no concurso, a análise do projeto da nova capital se justifica porque apresenta um projeto pouco conhecido e debatido do arquiteto, com raras e breves citações (Ferreira; Gorovitz, 2008, p. 15; Lopes; Vale, 2018), por ter sido realizado no contexto da revisão do moderno onde o tema da cidade foi o principal ponto do debate (Montaner, 2001b, p. 37; Avermaete, 2005, p. 14) e, sobretudo, como oportunidade de avaliar a evolução de sua urbanística diante do fato que este é o único projeto em escala de cidade desenvolvido por Costa para além de Brasília. Com vistas a uma análise morfológica do projeto da capital da Nigéria, aplicou-se o estudo comparativo com o Plano Piloto de Brasília, visto que os projetos das cidades apresentam diretrizes projetuais semelhantes em escala e intenção, impõem programas equivalentes e integram-se no contexto histórico analisado. Como o Plano Piloto de Brasília teve grande contribuição para os estudos urbanos, sendo a concretização de uma parte significativa dos princípios do moderno, ao cumprir com diretrizes da Carta de Atenas, a análise do projeto da capital da Nigéria pode contribuir para verificar as questões que operaram na sua composição, explicitando as mudanças e persistências projetuais. Os critérios de análise foram definidos a partir das questões próprias da revisão do moderno que foram discutidas em sua contextualização. Assim, foi possível elencar questões no âmbito da escala da cidade, em sua dimensão territorial, e analisar a composição urbanística sobre o traçado urbano e suas relações edificantes, o sistema viário, as associações humanas determinadas, o centro, o sítio e a paisagem. Além disso, discute-se se as referências do partido de Brasília foram as mesmas para a capital da Nigéria.

A primeira parte do artigo apresenta uma contextualização da revisão desde a teoria antológica do movimento moderno (Choay, 1992), a dimensão analítica sobre a crise moral passando pelo conteúdo das discussões a partir dos anos 1950 (Zevi, 1970; Montaner, 2001b; Tafuri, 1985; Harvey, 2008; Ellin, 1999), o rompimento da linguagem e as propostas disciplinares fornecidas a partir dos anos de 1960 (Jencks, 1985; Jacobs, 2001; Avermaete, 2005; Rowe; Koetter, 1978; Smithson, 1958).

A segunda parte do artigo apresenta as definições do projeto urbanístico da capital da Nigéria a partir da análise da documentação disponível<sup>1</sup>, sendo ela composta pela “Tradução gráfica da concepção urbana teórica proposta para a nova cidade capital da Nigéria” de Lucio Costa, o memorial descritivo “Concepção urbana teórica e esquema de implantação regional para a nova capital da Nigéria” do arquiteto, as imagens dos estudos e o Relatório do Painel sobre a localização da Capital Federal (1976).

## 2 Contextualização da Revisão do Movimento Moderno no âmbito internacional

Segundo Françoise Choay (1992), a vertente progressista do movimento moderno considerava um sentido de universalidade sobre a condição humana, dimensionando “uma concepção do *indivíduo* humano como *tipo*” (Choay, 1992, p. 8). As suas características urbanas incluem um tecido urbano amplo e aberto, com grandes vazios como parte da composição urbana; o traçado é definido pelas funções das atividades humanas; a recusa a qualquer ideia artística do passado, com o objetivo de criar novos arranjos, simples e racionais que substituam os ornamentos tradicionais; sistemas limitadores e repressivos; o conceito desagregador da cidade tradicional; e no autoritarismo político de rendimento máximo que resulta num objetivo de aglomeração e aproveitamento do solo (Choay, 1992). A vertente culturalista considerava a dimensão coletiva do ser humano como predominante na sua teoria. As teorias culturalistas propuseram cidades polinucleadas dispersas para refletir um caráter de comunidade (Choay, 1992), buscando-se na antiga unidade orgânica da cidade tradicional as dimensões modestas, e a substituição do traço geométrico no interior da cidade, refletindo também numa posição antiindustrialista. De acordo com a antologia de Choay (1992), a urbanística de Lucio Costa pode ser reconhecida dentro da vertente progressista, em razão, além da filiação à doutrina de Le Corbusier e Walter Gropius, dos aspectos sobre o desenho do tecido urbano, os vazios e o zoneamento monofuncional. No entanto, também identifica-se com as diretrizes do urbanismo culturalista, particularmente no que se refere à circunscrição no interior de limites precisos e no modelo realizado por Ebenezer Howard, que dá a feição de cidade-jardim ao Plano Piloto de Brasília e ao projeto da capital da Nigéria.

O modelo racionalista foi contestado por tentar produzir um sistema unitário, que possuía em sua gênese a dimensão idealista, baseada na evolução natural do gosto; pela dimensão mecanicista que constituía o progresso científico e técnico das construções; pela dimensão abstrato-figurativa, que logo operou a favor das novas teorias e de uma nova visão estética; e pela dimensão econômico-positivista que propunha transformações sociais (Zevi, 1970). A tentativa de ampliação dos princípios modernos, que depois da década de 1930 se constituiu com os temas sobre a escala humana, a consideração impositiva da paisagem, a recuperação da ideia de monumentalidade, a relação com a história, a ideia inicial da participação do usuário na metodologia de projeto e o abandono metodológico do purismo da vanguarda, propiciou o processo de desagregação. A curva descendente, ou seja, o “*declínio da parábola*” (Zevi, 1970, p. 181, grifo nosso), que Zevi assinala com o CIAM IV de 1933, encadeou, nesse processo de

---

<sup>1</sup> A documentação do projeto da capital da Nigéria de Lucio Costa foi consultada *in loco*, entre dez. 2021 e jan. 2022, no Acervo Lucio Costa na Casa da Arquitetura – Centro Português de Arquitetura, em Matosinhos, Portugal.

inquirição, a crise dos paradigmas centralizadores da tradição racionalista e um recrudescimento da arte, centralmente no continente europeu (Zevi, 1970, p. 29).

A partir dos anos 1950, o pensamento urbanístico moderno composto, principalmente, pelas duas vertentes predominantes, sofre uma mudança de conjuntura onde o “[...] destacável exclusivismo do movimento maquinista foi se transformando em um modelo aberto em que o contexto, a natureza, o vernáculo, a expressividade de formas orgânicas e escultóricas, a textura dos materiais, as formas tradicionais e outros fatores passam a predominar” (Montaner, 2001b, p. 36). Nesse contexto, no âmbito arquitetônico, um novo princípio de usar formas de caráter escultórico, essencialmente em arquiteturas singulares, manifestado na expressividade de Ronchamp, de Le Corbusier (1955), e também no tratamento das coberturas com estruturas abobadadas de concreto armado, apontou para uma mudança formal, no âmbito do funcionalismo. Isto assinalou para a superação das coberturas planas, mudou a direção das formas prismáticas, antes fechadas e compactas, para as formas articuladas e abertas, distinguindo o período pós-guerra do período heroico moderno dos anos 1920 até os anos 1940. A mudança arquitetônica explorou que nas diferentes fachadas do mesmo edifício poder-se-ia contribuir, em relação a paisagem circundante, com diferentes espaços singulares exteriores.

O declínio da hegemônica estética moderna abriu um campo para novas experimentações arquitetônicas e urbanísticas, como uma adesão significativa ao “novo brutalismo”, uma continuidade da arquitetura expressionista e uma migração para a linguagem metafórica do orgânico. A integração com as ciências humanas, sociologia, antropologia, economia social e a psicologia social alteram a visão predominante da universalidade para as especificidades do usuário contribuindo para uma nova direção. Além disso, a integração formal entre edifícios singulares passa a ocorrer numa ideia persistente, que acontece de maneira precoce em Brasília, de volumes sobre plataformas em razão de uma renovação do conceito de monumentalidade. No âmbito urbanístico essas integrações se tornariam vetores que qualificaram o espaço urbano resultante das relações volumétricas, para o espaço coletivo essencialmente. Essa variação formal impacta no sentido de espaço ao migrar para um sentido de lugar, ou seja, aquele que abandona os princípios restritos do espaço físico, da concepção plástica do plano matemático, visual, para um lugar existencial, concreto, material, real, humano, com uma forte tendência à contextualização cultural, histórica e simbólica, numa construção cultural da arquitetura que em muitas vezes defendeu-se a retomada da arquitetura popular e anônima (Montaner, 2001b).

Assim, se nos anos de 1950 predominava ainda uma consciência de continuidade da tradição moderna, nos anos 1960 novas correntes resultantes desse processo estabeleceram um sentido de crise do movimento moderno, gerando uma retórica hegemônica de rompimento da tradição moderna (Montaner, 2001b). Charles Jencks nota que a arquitetura pós-moderna surgiu nos anos sessenta como reação aos falhanços da arquitetura moderna: o falhanço do desenvolvimento urbano convincente e o falhanço em comunicar-se efetivamente. Jencks complementa essa visão ao notar que “[o] modernismo não conseguiu transformar a sociedade numa direção positiva, ou qualquer outra (excepto em casos raros) e a sua principal linguagem, o Estilo Internacional, estava praticamente exausta nos anos sessenta, perdendo toda a sua riqueza de *medium* urbano.” (Jencks, 1985, p. 350). Jane Jacobs (2001) também realiza críticas aos “falhanços” dos fundamentos do planejamento urbano moderno, principalmente sobre a

organização espacial das cidades por função predeterminada e o modelo de cidade-jardim.

Jacobs contribuiu ao apontar que é por meio da observação, do aproveitamento do comportamento social da população urbana, e da devida atenção ao desempenho econômico que poder-se-ia gerar as práticas de habitação, trânsito, projeto, planejamento e administração precisos para uma determinada área, comunidade e região urbana. Jacobs (2001) argumenta por meio das áreas internas da cidade ao perceber os problemas que definem os lugares ao verificar sobre as calçadas, os parques, os bairros e seus elementos morfológicos analisados por uma transversalidade sociológica, e propõe três qualidades do planejamento urbano que devem ser consideradas para garantir a segurança no espaço público: a demarcação clara entre o espaço público e o espaço privado; que as ruas tenham olhos voltados para ela; que as calçadas possuam usuários de maneira constante, entre pessoas que circulam e pessoas que observam a circulação (Jacobs, 2001, p. 35-36).

Dentro do arcabouço teórico da revisão, observa-se que a teoria urbanística passa a refletir sobre as imperfeições do tecido urbano, como algo essencialmente fragmentado, em camadas superpostas, com uma visão positiva a respeito da efemeridade latente, e assim, defendendo o palimpsesto como método (Montaner, 2001b). De forma complementar, com ampla visibilidade a partir da década de 1960, argumenta-se que a cidade deveria ser a expressão das relações sociais também acumuladas pelo tempo, como espaços de sociabilidade, como defendeu Henri Lefebvre (1970).

Sobre a ideia da cidade absorvida pela nova era da comunicação em massa, Manfredo Tafuri assim a apresenta: “[a] cidade, como estrutura publicitária e autopublicitária, como conjunto de canais de comunicação, torna-se uma espécie de máquina emitindo mensagens constantes: o indeterminado oferece-se na sua forma específica, apresenta-se como única determinação possível para o conjunto urbano” (Tafuri, 1985, p. 113). Essa dimensão de considerar a cidade como um sistema de comunicação, como fator significativo também para as mudanças tecnológicas, alterou de forma expressiva o estatuto moderno porque as comunicações contemporâneas desmantelaram os limites do espaço e do tempo, incidindo em novos modelos de redes capazes de promover uma interação social completamente diferente dos padrões estabelecidos anteriormente. Esse fator é que justifica a promoção de formas urbanas conscientemente descentralizadas, fragmentadas e dispersas, porém com a defesa que seriam vinculadas imaterialmente pelas novas redes de interação.

A proposta do urbanismo pós-moderno, protagonizado por diversos arquitetos, diversas ideologias e linhas de pensamento que chegavam a ser divergentes entre si, passaram a incluir na síntese moderna, uma discussão sobre a determinação de definir novas necessidades humanas, sem, contudo, elaborar uma estética fechada, mas a favor de uma estética de transformação. Nan Ellin identifica as teorias que passam a protagonizar os discursos. Na teoria do desenho urbano europeu, identifica-se o neorracionalismo, o neoclassicismo, a arquitetura aberta, uma versão francesa prevaiente. Na teoria do eixo anglo-americano, o movimento *townscape*, a atenção à participação comunitária junto ao ambientalismo e feminismo, o regionalismo crítico e vernacular, o protagonismo de Robert Venturi e o contextualismo, o ecletismo histórico e a preocupação com a preservação histórica (Ellin, 1999). Tom Avermaete (2005, p. 15) apontou modos antitéticos para tendências paradigmáticas do período pós-guerra, coexistentes às teorias e ao trabalho do Team X: o neorracionalismo de Aldo Rossi, que rejeita o caráter

disruptivo da modernidade centralizando sua discussão sobre a autonomia da arquitetura e as tipologias que permanecem ao longo do tempo (ver Rossi, 2001); o populismo de Robert Venturi e Denise Scott Brown (ver Venturi; Scott Brown; Izenour, 1991) que compreendem a condição urbana como resultado de novos meios de produção, elaboram um novo ambiente vernacular por meio das construções comerciais, recusando, assim, a cidade tradicional como referência única; e o neomodernismo de Bernard Tschumi (1977) que elabora a desconexão entre a forma e a função e rejeita a autonomia da arquitetura como modelo paradigmático.

O vocabulário urbanístico passa, então, a incorporar novas terminologias no âmbito do urbanismo, como associação e reagrupamento; no âmbito da circulação, como mobilidade e motorização; e no âmbito ideológico, como consumo, publicidade e *mass media*. Esse vocabulário objetivava a inclusão de novas experiências, onde estas seriam percebidas também a partir do caos, da efemeridade e até mesmo por meio da ficção. Ou seja, uma intenção de ampliar o sistema de valores das estruturas dos organismos urbanos. Esses novos conceitos foram organizados pelos arquitetos Alison e Peter Smithson (1967) em novos repertórios que englobavam as noções de associação, identidade, crescimento, *cluster* e mobilidade, com a intenção de inverter os conceitos tradicionais do urbanismo racionalista do macro para o micro. Parte desse novo vocabulário foi explorado pelos Smithson no projeto do Conjunto Habitacional Golden Lane (1952), no projeto para Hauptstadt Berlim (1957) e no Robin Hood Gardens (1966-1972). Incluía-se como parte desse novo repertório a ideia do “perfil invertido” que consistia na ideia de “alta densidade num lugar pequeno” (Frampton, 1997, p. 331), em grandes blocos que rodeariam o centro, com a intenção de limitar o espaço que daria uma imagem significativa e simbólica para o lugar, ao ponto de ampliar o conceito de comunidade e mobilidade. Peter Smithson destaca que, além do sistema viário, é importante para o planejamento urbano ter domínio sobre a expansão urbana e a dispersão das antigas funções da área central. Daí sua formulação sobre a “*cluster city*”, com vistas a formar núcleos de outras partes, ou seja, num questionamento sobre o que ocupa o centro e a existência do próprio centro como ponto de referência para a dispersão (Smithson, 1958, p. 437).

Assim, como alternativa, o planejamento urbano assume um caráter multivalente, ora de colagem fragmentária<sup>2</sup> com signos e símbolos em constante renovação, ora de labirinto combinado entre o interior com o exterior, ora da citação de fragmentos recuperados historicamente, como Colin Rowe e Fred Koetter desenvolveram em “*Collage City*” (Rowe; Koetter, 1978). Passa-se também a evocar os valores clássicos tradicionais, baseados nas formas primárias e na sobreposição de formas abstratas, associados aos valores urbanos simbólicos do passado, ao sintetizar o realismo técnico do modernismo, florescendo uma notável aceitação para o ecletismo dos estilos arquitetônicos. O ecletismo, desta vez, não apenas restrito aos elementos arquitetônicos do passado, mas como substância da evolução cultural em nome de um internacionalismo. Esse conjunto heterogêneo autorizado não se restringia geograficamente, mas, ao contrário, expressava o caminho da economia globalizada, onde os fragmentos de diferentes localidades e diferentes culturas poderiam ser adicionados ao repertório referencial. Segundo David

---

<sup>2</sup> David Harvey apresenta um notável exemplo sobre as colagens internacionalizadas, diante dos fortes movimentos migratórios, onde se reproduzem ilhas que são como “[...] uma pletora de ‘pequenas’ Itálias, Havanas, Tóquios, Coreias, Kingstons e Karachis, bem como Chinatowns, *barrios* latinos, quarteirões árabes, zonas turcas etc. [...]” (Harvey, 2008, p. 87).

Harvey, sobre o urbanismo pós-moderno, “[a] inclinação pós-moderna de acumular toda espécie de referências a estilos passados é uma de suas características mais presentes” (Harvey, 2008, p. 85). Embora se tenha um objetivo de restituir espaços urbanos antigos, ou em desuso, em nome de um resgate do espírito cidadão histórico, como as *piazze d’Italia*<sup>3</sup>, a reabilitação permite uma nova proposta de uso para os espaços, podendo até contrariar o caráter original do espaço e suas raízes estéticas históricas. Essa prática de reestruturação da cidade, evocando as formas da Antiguidade e do Renascimento, foram exploradas especialmente na reverência à tradição clássica, na década de 1970, principalmente na França e na Espanha (Ellin, 1999).

Nesse sentido, o retorno dos arquétipos universais do classicismo estava associado com o acúmulo de signos e símbolos, bem como com a proposta de transformar a cidade numa experiência de renovação da sua monumentalidade. A figura do monumento, e o movimento de assumir a cultura de massa e a cultura do consumo como uma cultura de valor, tão expresso pela *Pop Art*, tendeu para uma arquitetura do espetáculo, muitas vezes teatralizada, associando ao fenômeno estético à construção de novos espaços urbanos, que chegou no seu auge nos anos de 1980 (Montaner, 2001b). Além da construção de uma nova imagem monumentalizada, a mistura eclética de estilos históricos, a colagem e a citação, a “descriminalização do ornamento”<sup>4</sup> e a diversificação das superfícies se tornaram pontos marcantes para a arquitetura pós-moderna e que se refletiu no planejamento urbano.

Por outro lado, uma das mais significativas contribuições, a partir dos anos 1960, veio com o alargamento das fronteiras disciplinares, na busca de uma consistência teórica que passou a incluir as ciências sociais, as ciências psicológicas comportamentais e as ciências antropológicas. As investigações sociológicas eram sobre o quão a arquitetura e o urbanismo poderiam contribuir para definir no amoldamento social dos espaços, e se seria possível colaborar para a ampliação das teorias urbanísticas, como numa retomada dos estudos clássicos da Escola de Chicago, que desde o início do século XX abordavam a cidade como fato social em constante transformação. A persistência do problema da habitação e o acelerado crescimento dos espaços urbanos acusava o modelo moderno de insuficiente, tanto na sua reflexão ética quanto no seu planejamento urbano, pois este não adentrava a fundo nos problemas da realidade social. A crítica principal consistia da não inclusão dos dados específicos dos destinatários da arquitetura. A organização moderna do espaço para o ser universal entrou em conflito ao perceber que os seres habitantes eram, na sua maioria, proletários, inseridos num sistema de dominação econômica, que muitas vezes não se enquadravam na visão poética da autonomia do ser e tampouco respondiam à proposta universalizante da arquitetura.

De tal modo, Paul-Henry Chombart de Lauwe (1960), exemplarmente, apresentou uma importante contribuição sobre a democratização do planejamento urbano. A partir da década de 1940, as teorias urbanas passaram a compartilhar sobre as transformações sociais como parte das transformações urbanas. O sociólogo apontou que o planejamento urbano ali consolidado a partir da ideologia da técnica não era suficiente

---

<sup>3</sup> A Piazza d’Italia de Charles Moore (1979), construída como uma praça pública urbana, localizada logo atrás do Centro Cultural Ítalo-Americano em Nova Orleans (EUA), é uma obra chave pós-moderna e tornou-se, historicamente, um exemplar do resgate do espírito cidadão histórico.

<sup>4</sup> Paralelismo à discussão que Adolf Loos realizou sobre o ornamento, onde argumenta que a criação de ornamentos supérfluos poderia ser considerada um “delito” (Loos, 2004).

para avançar no campo das resoluções sociais. A solução que Chombart de Lauwe distinguiu foi a participação dos usuários para o ordenamento dos espaços, para além das transformações para uma arquitetura orgânica (Lauwe, 1960). Assim, a atuação de Chombart de Lauwe está inserida em um contexto onde começara a pensar nas especificidades culturais das comunidades sob uma ótica pluridisciplinar, do destinatário da arquitetura, mas também, e principalmente, pelas necessidades locais. As relações de poder, sobretudo pela dominação pelo mercado, pelo lucro e a normalização de sobrepor interesses dos produtores sobre a população passou a ser questionada, pois alienava diretamente a morfologia e o desenvolvimento das cidades. Assim, percebia-se que o significado arquitetônico era dado pelo seu correto uso social e recuperava a relação com seu destinatário corrigindo uma “atitude hostil com o espectador, que se traduz em um elitismo social que converte a obra em algo exclusivo e difícil.” (Montaner, 2001a, p. 138).

Assim, ao contrário do que ocorreu com o desenvolvimento do moderno, onde a ruptura era a ação primeira de construção dos seus significados, no pós-moderno, a dicotomia ruptura e continuidade se sobreporiam, tanto na sua discussão teórica quanto na produção apresentada, rompendo com as hegemonias predominantes das produções do urbanismo e da arquitetura, porém apresentando, por outro lado, além da crítica, uma maior integração disciplinar, circunscrevendo o debate arquitetônico no debate urbanístico, aspecto esse notável na teoria de Aldo Rossi (2001), em “A arquitetura da cidade”.

### 3 O projeto da Capital da Nigéria de Lucio Costa

Em 1975, o Governo Militar Federal da Nigéria constituiu um Comitê de Justiça, nomeado “*Akinola Aguda Panel*”, para examinar as condições da então Capital Federal Lagos. Por meio de um “Relatório de Locação da Capital Federal” (FGN, 1975), o comitê apontou que a cidade de Lagos sofria com alta densidade populacional, alto custo de vida, particularmente em relação aos aluguéis, tráfego congestionado, existência de favelas, alta taxa de mortalidade, vícios sociais, incluindo delinquência, abuso de drogas e corrupção. Após os estudos técnicos, foi apontada a necessidade da criação de uma nova capital que ficou definida por Abuja. A transferência da nova capital teve como objetivo reduzir a pressão sobre a cidade de Lagos e interiorizar as atividades governamentais, com a intenção de gerar um novo senso de unidade nacional e promover a urbanidade para a capital que não expressasse as mesmas problemáticas sociais de Lagos. De tal modo, em 1976, o Governo Militar Federal da Nigéria decretou a criação do Território da Capital Federal (FCT) e incumbiu a Autoridade Federal de Desenvolvimento da Capital (FCDA) pelo ordenamento do território. Em 1977, a FCDA, depois de 18 meses de trabalho e análise dos projetos recebidos na concorrência, que segundo Lucio Costa “concorreram outras 17 firmas”<sup>5</sup>, encarregou o desenvolvimento do Plano Diretor de Abuja para um consórcio de arquitetos e urbanistas, o *International Planning Associates* (IPA), plano depois detalhado pela empresa de Kenzo Tange Urtec, apresentado em 1981 (Abubakar, 2014; Agba, 1986; Elleh, 2017; Rego, 2021).

Sobre o certame, Lucio Costa elaborou para a FCDA um Plano Diretor para Abuja e, como

---

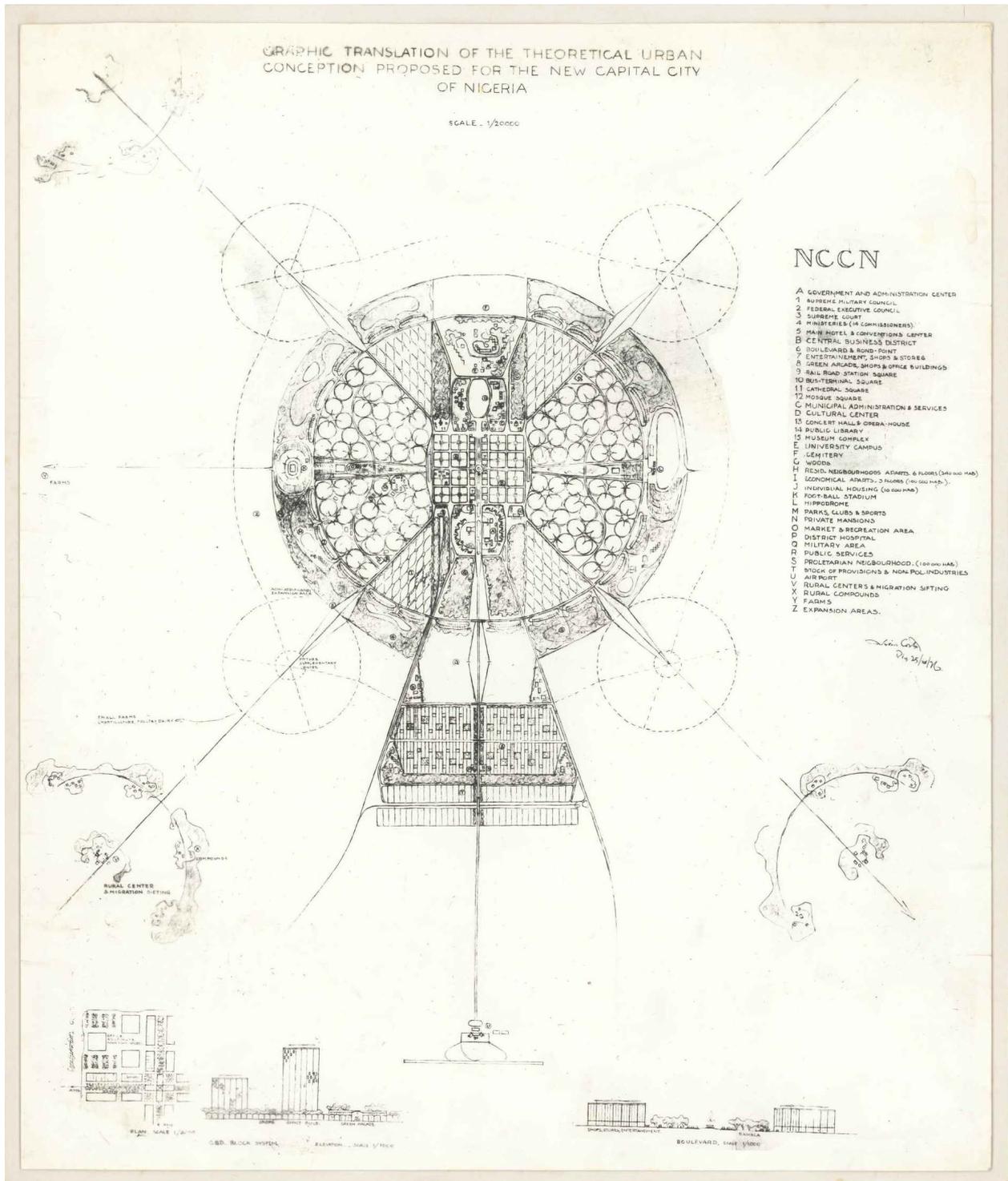
<sup>5</sup> A informação consta em carta enviada por Lucio Costa (sem data) a Mario e Antonio Nervi, presente no acervo do arquiteto (Casa da Arquitetura – Centro Português de Arquitetura).

o arquiteto ressalta em epígrafe da apresentação do projeto em “Registro de uma vivência”, o fez “[a] convite do escritório Nervi e Lotti de Roma” (Costa, 2018, p. 358) e complementa informando sobre o resultado: “[...] participei da concorrência para a construção da nova capital da Nigéria, proposta que não foi levada avante.” (Costa, 2018, p. 358). Em carta enviada por Lucio Costa a Mario Nervi e Antonio Nervi (sem data), o escritório de Maria Elisa Costa e Eduardo Sobral, C&S Planejamento Urbano LTDA (1970-1982) recebeu, por meio de telegrama enviado pelas autoridades nigerianas, a orientação de apresentar uma proposta para a elaboração do Plano Diretor para a nova capital, juntamente com indicação técnica de especialistas de várias áreas de interesse, bem como o custo global da proposta. Ainda neste documento a Mario e Antonio Nervi, Lucio Costa informa que a proposta e o esquema de organização de Lotti não foram levados em consideração para a proposta desenvolvida por ele, o que denota que o projeto desenvolvido é, essencialmente, de Lucio Costa. Em carta resposta de Mario Nervi para Lucio Costa, consta que foi enviado às autoridades nigerianas um brochura do grupo por meio dos engenheiros Gulienetti e Grigeri na data da carta, 6 de setembro de 1976.

Numa análise das especificidades morfológicas do projeto urbanístico da capital da Nigéria de Lucio Costa, sobre a escala da cidade na sua dimensão territorial, o projeto é caracterizado por uma marcante composição urbanística radiocêntrica, mononuclear, e que, em razão de um eixo transversal e outro eixo longitudinal, torna-se simétrica (Figura 1). A equivalência das relações de simetria é dada pelas alas rebatidas em relação aos eixos, com acréscimo de uma porção de área de ocupação na parte inferior da composição. Diferentemente da crítica comum ao urbanismo moderno, de que este produz espaços abstratos e indiferenciados (Colquhoun, 2004, p. 211), com um possível potencial de dispersão, a capital da Nigéria apresenta, ao contrário, um espaço que se define pela sua unidade, decorrente da sua geometria regular formada por anéis concêntricos.

A sua característica nuclear urbana e planejada, delimitada por um anel verde destinado às atividades rurais e limitado pelo tráfego periférico, contribui para reforçar a sua noção de espaço limitado. O projeto da cidade, sem dúvida, submete a expressão urbana a um rigoroso controle racional de seus elementos, prevalecendo a concepção moderna de um sistema de integração racional, onde o zoneamento monofuncional é responsável por organizar o espaço urbano às necessidades humanas e fazer o controle da distribuição fundiária da cidade. Diferentemente do Plano Piloto de Brasília, onde “o conceito de unidade de vizinhança (UV) como módulo agenciador da trama urbana” (Ferreira; Gorovitz, 2020, p. 26) condicionou a forma da cidade, no projeto da capital da Nigéria a composição urbanística se dá pelo arranjo derivado de seus eixos transversal, longitudinal e os eixos radiais. Ainda sobre a forma da cidade, a necessidade de domínio das transformações do território, sobre o controle do adensamento e do uso do solo se refletiu em zonas destinadas para o crescimento urbano que prevê regiões de expansão programada e racional futura para a cidade. As quatro áreas igualmente circulares, contíguas ao anel externo se vinculam ao sistema viário por meio dos eixos radiais. Lucio Costa ainda aponta para áreas rurais, para além do espaço físico delimitado na representação do documento, que poderiam contribuir para uma possível dispersão.

**Figura 1:** Lucio Costa. Tradução Gráfica da Concepção Urbana Teórica Proposta para a nova Capital da Nigéria, 1976.



Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

No projeto da capital da Nigéria, o sistema viário é o elemento modelador que define formalmente a cidade, utilizando-se o recurso clássico da composição axial. Os eixos, tanto o transversal, o longitudinal e os radiais, seguem “os princípios francos da técnica rodoviária” (Costa, 2018, p. 284), conforme aplicado no Plano Piloto de Brasília, com a intenção de “entrosar o monumental e o doméstico num todo harmônico e integrado” (Costa, 2018, p. 308). O eixo transversal dá acesso ao centro cívico e administrativo, ao

centro de entretenimento, ao centro cultural, ao centro esportivo, ao setor militar, aos bairros proletários, às zonas destinadas à armazenagem ao abastecimento e as indústrias locais. A zona do eixo transversal abriga ainda os edifícios singulares, aqueles que devem possuir significação vinculados a uma individualidade urbana, como se espera do centro governo e administração e do centro cultural. Os eixos dão acesso ao coração da cidade, além de exercerem a função circulatória-tronco até se conectarem as áreas residenciais. Os eixos radiais também definem as regiões habitacionais separando as regiões conforme as classes médias e proletária, além de distribuir o sistema principal de vias ao sistema intermediário, formando assim tramas autônomas para a circulação local.

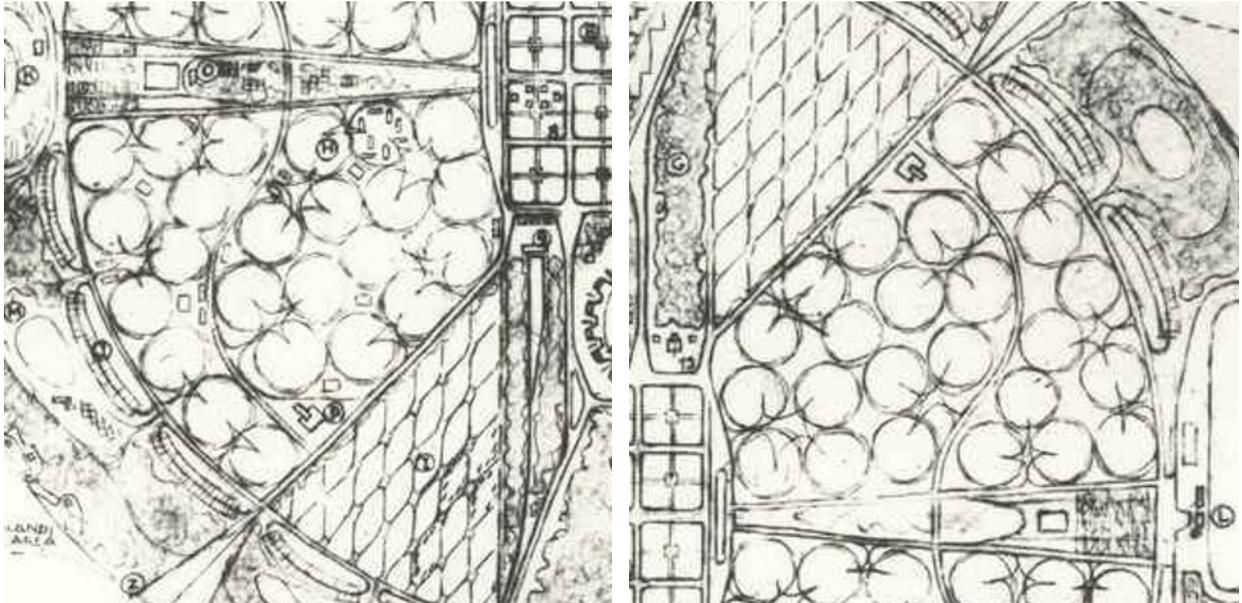
Lucio Costa apresenta “ingredientes” da concepção urbanística para o Plano Piloto de Brasília como a filiação intelectual francesa sobre os eixos, suas perspectivas e sua *ordonnance*; os *lawns* ingleses, ou seja, os imensos gramados; a pureza de Diamantina guardada na memória dos anos 1920; as imagens da China do início do século XX no que se refere às paisagens naturais de terraplenos, arrimos e desenhos de implantação; e as autoestradas e viadutos dos arredores de Nova Iorque (Costa, 2018, p. 282). Destes aspectos, os eixos, os espaços verdes e monumentalidade das vias podem ser reconhecidos também como referências significativas para a capital da Nigéria. As teorizações do pensamento urbano de Lucio Costa resultam como base do seu repertório urbanístico, o rigoroso zoneamento das atividades que refletem diferentes malhas do tecido urbano, a rede de infraestrutura viária sistêmica e formal, o sistema de agrupamento humano em unidade de vizinhança, o vazio como elemento positivo e a marcante presença mononuclear do *core* da cidade. No plano visual, a horizontalidade equacionada entre espaço construído e o *non aedificandi*, produz a significação positiva para o espaço vazio como parte positiva e coletiva no tecido urbano, com intenção de promover o acontecimento das relações sociais, a livre circulação de pedestres independente da circulação viária.

As áreas destinadas para habitação são resultantes do espaço entre os eixos e se expressam por diferentes quadrículas que refletem sua distribuição social, obtendo diferentes expressões urbanas dos traçados reguladores. Define-se numa disposição lógica, funcional e com legibilidade para a conformação das unidades de vizinhança, destinadas para habitação multifamiliar e unifamiliar, onde é possível estabelecer a mesma lógica de blocos residenciais dispostos em variadas ordenações. Percebe-se que o Plano Piloto de Brasília segue essa mesma linha de construção, seguindo dois princípios gerais: “gabarito máximo uniforme de seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior da quadra.” (Costa, 2018, p. 292).

Além das unidades de vizinhança de blocos de apartamentos multifamiliares de seis pavimentos, destinadas para 240.000 habitantes (Figura 2), o projeto prevê outra área de apartamentos multifamiliares econômicos de três pavimentos para 100.000 habitantes (Figura 3), uma área de casas unifamiliar para proletários também para 100.000 habitantes (Figura 4), e área para loteamentos de casas unifamiliar para 10.000 habitantes, que se localizam ao longo do anel externo (Figura 5). Para a área das unidades de vizinhança de blocos de apartamentos até seis pavimentos, a malha se expressa de forma circular, formadas por três ou quatro quadras circundadas por cinturões verdes. Diferentemente do Plano Piloto de Brasília, onde a unidade vizinhança é conformada numa malha rígida com o sistema viário local geométrico, na capital da Nigéria o sistema de circulação adota uma forma orgânica nessa região, devido à configuração circular das

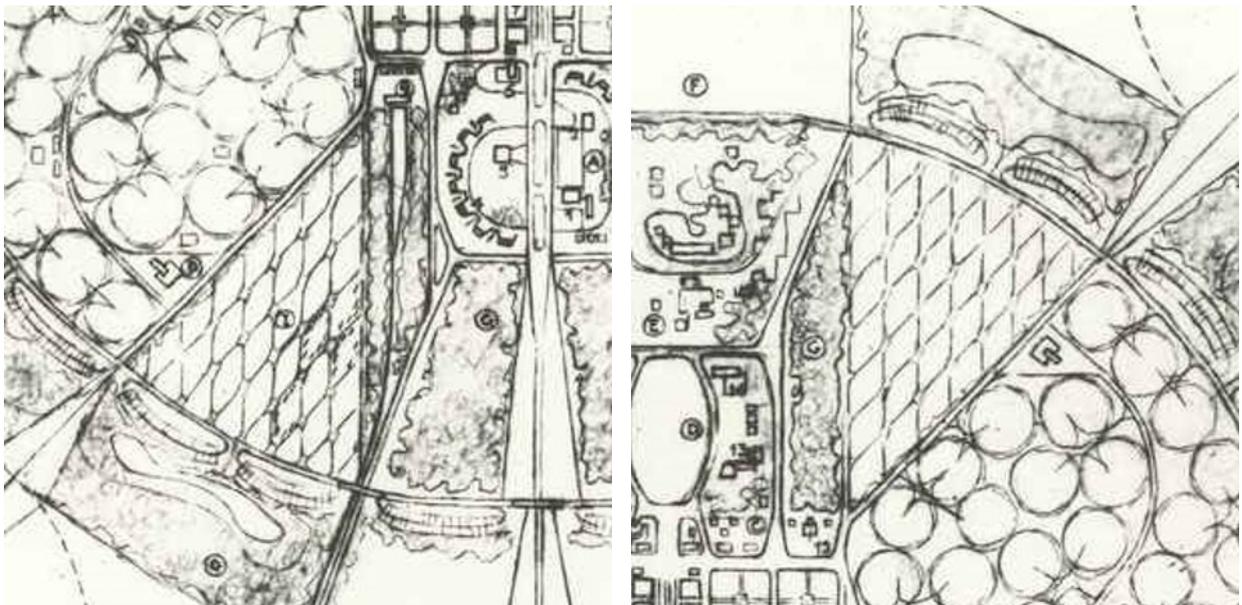
unidades de vizinhança. A outra área de unidades de vizinhança é planejada em forma de losango com um pátio interior, conformado pela ordenação dos blocos de apartamentos com até três pavimentos. Planejam-se ainda as duas áreas destinadas para casas de proletários, em conformação *Radburn*, e as áreas de casas para a classe mais abastada em quarteirões. Ou seja, são quatro tipologias, ordenadas e adensadas conforme a classe social, situadas de acordo com a atividade do trabalho, acesso às áreas de interesse e a tipologia arquitetônica que define entre maior e melhor a relação de privacidade individual e a expressão coletiva.

**Figura 2:** Lucio Costa, detalhes da Unidade de Vizinhança circular, 1976. Identificado na legenda como “(H) APARTS. BAIRROS RESID. 6 ANDARES (240.000 HAB)”.



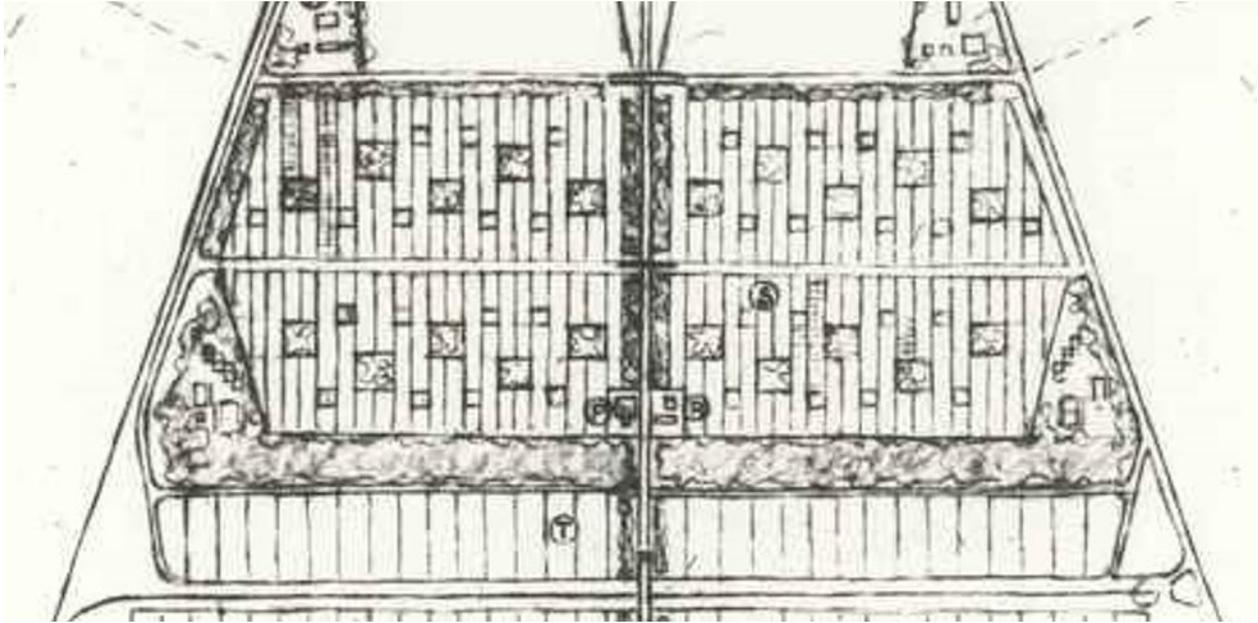
Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

**Figura 3:** Lucio Costa, detalhes da Unidade de Vizinhança em losango, 1976. Identificado na legenda como “(I) APARTS. ECONÔMICOS 3 ANDARES (100.000 HAB)”.



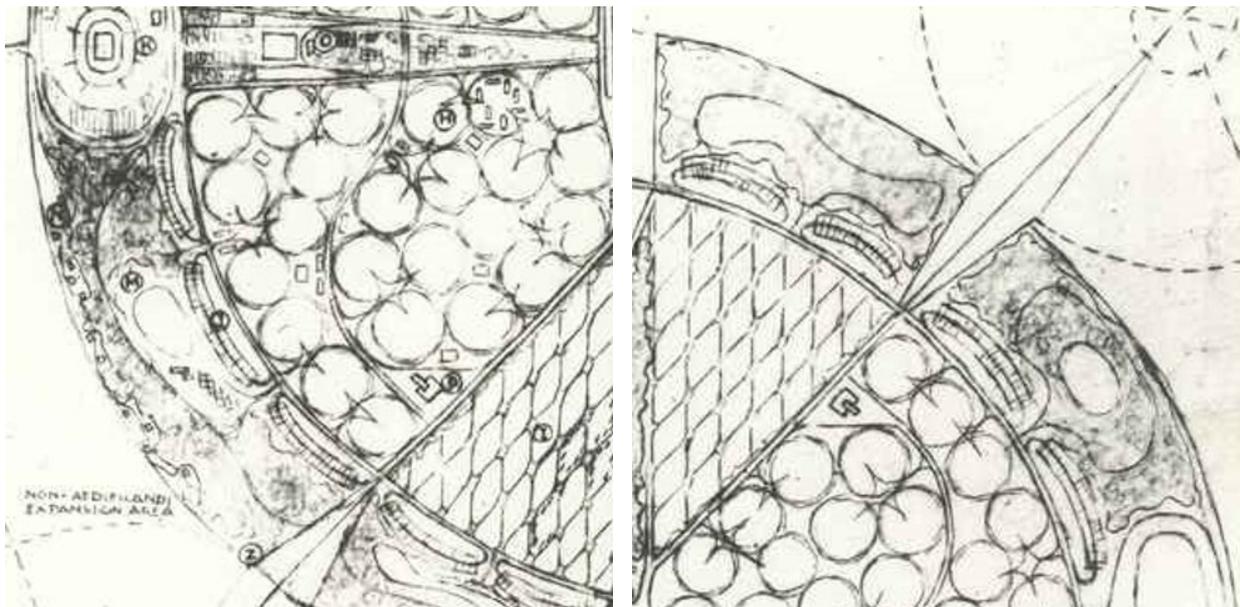
Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

**Figura 4:** Lucio Costa, detalhe da Unidade de Vizinhança *Radburn*, 1976. Identificado na legenda como “(S) BAIRRO PROLETÁRIO (100.000 HAB)”.



Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

**Figura 5:** Lucio Costa, detalhe da Unidade de Vizinhança para bairros unifamiliares de classe média alta, 1976. Identificado na legenda como “(J) MORADIA INDIVIDUAL (10.000 HAB)”.

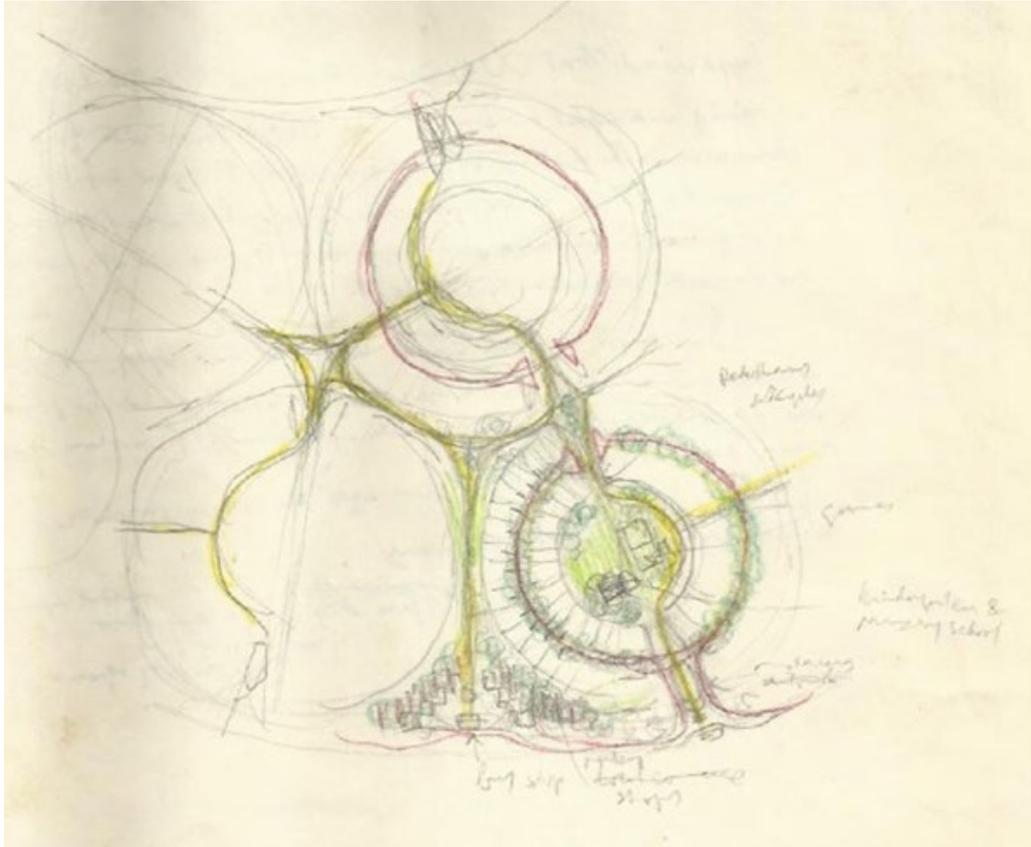


Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

Lucio Costa vai repetir como modelo a unidade de vizinhança com configuração circular, que ocorre pela primeira vez na capital da Nigéria (Figura 6), como proposta no esquema para o Novo Polo Urbano de São Luís, realizado em 1979, posteriormente aplicada na proposição teórica do Corniche em Casablanca, no Marrocos (1981). A unidade de vizinhança em forma de losango, com blocos de apartamentos de três pavimentos ordenado de forma a configurar um pátio central, já havia sido, de alguma maneira, aplicada no bairro do Cruzeiro (1959) em Brasília, no Projeto de Alagados (1972) e, depois, no Projeto construído de Expansão e Adensamento de Brasília (1988), além da mencionada proposta do Corniche. O modelo de unidade vizinhança é aplicado por Lucio

Costa desde o Projeto do Parque Guinle como sua principal conformação do aglomerado habitacional que já possui seu sentido de comunidade. De outra maneira, no projeto do Novo Polo Urbano de São Luís, o *boulevard* também se repete como conformação do centro, os quarteirões e as arcadas verdes. Sobre a origem das arcadas verdes, Lucio Costa explica que “[...] foi idealizada originalmente para país tropical de língua inglesa: trata-se de sequências duplas de lojas dispostas em esquadro com pórticos arqueados, abrindo para um calçadão gramado com árvores e bancos [...]” (Costa, 2018, p. 355).

**Figura 6:** Lucio Costa, 1977. Estudo de parcelamento das Quadras Circulares para Casas Geminadas.



Fonte: Casa da Arquitetura, Acervo Lucio Costa, 2022.

Eric Mumford (2000) explica que na quarta e última fase do CIAM (1951-1959) passou-se a introduzir inflexões teóricas que compeliram para a superação da cidade funcional e da habitação, ao incluir temas sobre a defesa pelas escalas da cidade, as discussões sobre o centro da cidade, os aglomerados habitacionais e os valores culturais. No CIAM 8 (1951) que tinha como proposta inicial a sistematização das diretrizes para a Carta do Habitat, e que acabou por definir-se pela discussão sobre o coração da cidade, debateu-se que o pensamento urbanístico dever-se-ia desenvolver para além das quatro funções definidas inicialmente pelo CIAM – habitar, trabalhar, recrear-se e transportar-se – mas também sobre a necessidade, para a vitalidade das cidades, de dar importância ao centro da cidade, para criar o sentido de comunidade, e que este deveria na sua conformação urbana ter o pleno abrigo para o pedestre. Eric Mumford (2000) apresentou uma divergência que ocorreu neste CIAM, entre a definição de centro para José Luis Sert e para o grupo MARS e seus aliados. Para Sert, o centro deveria ser compreendido como um núcleo cívico, abrangido como o espaço central da *polis*, como foi conformada por Le Corbusier na praça cívica de Chandigarh, e que expressasse as funções político-

administrativas do Estado. Para o grupo do MARS, percebia-se o centro como o lugar destinado para as relações humanas e que deveria, portanto, explorar a humanização do espaço urbano e expressar o sentido da cidade (Mumford, 2000). Além desta causa, o tema do centro da cidade “[...] relacionava-se não apenas com os esforços então em andamento para criar centros de pedestres em cidades novas holandesas, suecas e britânicas, mas também com as preocupações do grupo italiano sobre os centros históricos das cidades” (Mumford, 2000, p. 201, tradução nossa). No projeto da capital da Nigéria, o centro da cidade é o ponto resultante da composição obtida pelos quatro eixos radiais que delimitam uma zona da cidade essencialmente de caráter público. Lucio Costa explica que o “[...] core da cidade seria composto de três centros distintos, contíguos e interligados: o centro de governo e administração, o centro de negócios e o centro cultural e entretenimento” (Costa, 2018, p. 361), correspondendo, portanto, à concentração de atividades governamentais, comerciais e culturais. Assim, na escala monumental, no projeto da capital da Nigéria, o centro da cidade é conformado como um núcleo cívico que orientará o seu caráter para uma monumentalidade associada às grandes avenidas.

Entretanto, a dimensão, no sentido de lugar para a escala do pedestre, e, portanto, mais humanizada, foi atualizada, em relação ao centro de Brasília, no projeto da capital da Nigéria, ao enfatizar a via de pedestres, as *Ramblas* e as arcadas verdes para dar a devida climatização e os limites para o espaço. Embora o espaço não seja configurado como um quarteirão fechado, no caso do centro da capital da Nigéria, as vias se consolidam com cruzamentos, que se diferencia ao Plano Piloto de Brasília, que para favorecer o tráfego de automóveis e ônibus, elabora o sistema de circulação sem cruzamentos.

Ainda sobre o coração da cidade, o projeto da capital da Nigéria de Lucio Costa carrega uma quantidade de citações de práticas de projeto urbano, que vai de Georges-Eugène Haussmann e Ildefonso Cerdá a Ebenezer Howard na concepção da escala monumental e residencial. Intencionalmente, combina referências históricas e modernas. Ao colocar no ponto central da geometria uma característica figurativa do século XIX, cria-se um espaço simbólico, dá entender por meio de uma elevação do *boulevard* no desenho do arquiteto, que não é uma torre, nem um obelisco, percebe-se que seja uma escultura de forma humana ou uma fonte de água, tradicional pelo seu pedestal, com a escala análoga à dos edifícios, retomando assim, a ideia tipológica do monumento, que para a crítica pós-moderna dá sentido de lugar (Ellin, 1999). O ponto central, a Plataforma da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, que segundo Lucio Costa é a “união e ponto de convergência já consolidado do complexo urbano composto pela cidade político-administrativa e pelos improvisados assentamentos satélites” (Costa, 2018, p. 331), configura-se numa escala monumental em um ponto rodoviário. O ponto central da geometria, que configura a transposição dos dois eixos cruzando-se em ângulos retos, ao contrário do que acontece em Paris e em Barcelona, as diagonais não são sobrepostas ao traçado, mas sim, no projeto da Nigéria, definem as áreas de ocupação. Esse revivalismo histórico, que Louis Kahn também explora nos seus projetos a partir da década de 1960, e ainda, o próprio Pier Luigi Nervi também estava a desenvolver desde os anos de 1930, arquiteturas com estudo de um expressionismo cultural, ao explorar os critérios compositivos da arquitetura clássica, predominando em suas obras regularidade, simetria, repetição, solidez e horizontalidade (Montaner, 2001b, 53).

Lucio Costa ao nomear os elementos urbanísticos, define por “*Rambla*” a longa faixa destinada para os pedestres sem conexão com as vias de automóveis. A segunda

elevação que apresenta a tipologia e morfologia dos edifícios, demonstra os blocos econômicos de três pavimentos, as quadras residenciais com blocos de seis pavimentos e uma arcada verde. Essa relação não é explorada por Lucio Costa no Plano Piloto de Brasília. Assim, como a rotunda central e o *boulevard*, a arcada jardim é uma cobertura abobadada construídas nas vias de pedestres e que se configura como referência histórica. A ordenação rígida em razão das vias geométricas da malha da região central, que concentra a zona comercial, que também pela sua geometria, com quarteirões quadrados, relaciona-se com a malha de Barcelona, é contraposta a ordenação maleável das vias gerando uma malha “orgânica” das superquadras, agora em formato circular, na região residencial. Percebe-se que o entre-espaço do conjunto da forma circular é um espaço variável, que abriga os equipamentos urbanos.

Embora os arquivos disponíveis sobre o projeto da capital da Nigéria apresentem as diretrizes locais para a implantação da capital no que se refere à localização, e ainda que Lucio Costa tenha mencionado em seu memorial descritivo sobre a adaptação do projeto ao considerar as particularidades da paisagem natural, não há manifestações referenciadas no projeto sobre a unidade geográfica e topográfica da região, nem sobre a expressão da paisagem, tampouco da sua estética, nem sobre as diretrizes ambientais sobre a implantação da cidade no território e exclui-se a informação norteadora da implantação. Todavia, percebe-se que a proposta apresentada por Lucio Costa se limitou a um arcabouço das mais adequadas tipologias para cada escala da cidade, estabelecendo-se mais como um modelo prototípico do que uma proposta em abranger aspectos que processualmente seriam desenvolvidos na etapa de implantação da concepção urbana. Essa postura projetual parece incorporar a crítica ao modelo moderno ao substituí-lo pelo conceito de tipo, que ocorre na vanguarda neorracionalista, nos anos 1960, principalmente em Itália e Espanha, como na análise tipológica de Aldo Rossi (Ellin, 1999). Não há também nenhuma menção, nem no memorial descritivo, nem no desenho da composição urbanística, à cultura nigeriana e à tradição arquitetônica local, tampouco das referências históricas das cidades nigerianas, fato esse debatido atualmente nos estudos decoloniais sobre Abuja (Abubakar, 2014; Elleh, 2007).

Sem considerar o contexto topográfico e urbano, as preexistências ambientais e a arquitetura vernacular, Lucio Costa apresenta pouca integração ao território, sobrepondo, assim, a construção da paisagem urbana sobre a paisagem natural e social preexistente. Essa proposta metodológica e ideológica também define a cidade como um modelo que tende para a universalidade. Isso se reflete na separação física das classes sociais onde produz um traçado, uma tipologia arquitetônica, uma malha e conseqüentemente um diferente espaço urbano entre as regiões. Esse aspecto parece estabelecer a redução da mobilidade, no âmbito da teoria de Peter Smithson, sobre a compreensão que a mobilidade também se amplia para a mobilidade social (Smithson, 1958, p. 437). Não é possível reconhecer no projeto da capital da Nigéria essa discussão, que aliás é expressamente afirmado por Lucio Costa, “instalados em quadras separadas para evitar mútuo constrangimentos”. Parece que há, portanto, uma mudança sobre a questão da separação física das classes sociais entre o Plano Piloto de Brasília e o projeto da capital da Nigéria. Em Brasília, sobre a unidade de vizinhança, destaca que “[...] *esta era a sua característica mais importante do ponto de vista social – reunir em cada uma dessas áreas de vizinhança as várias categorias econômicas [...]*” (Costa, 2018, p. 302, grifo nosso), assim como foi pensado para a Ville Radieuse por Le Corbusier, em uma cidade sem classes sociais, já que reduziu para uma unidade a tipologia residencial. Contudo, Lucio Costa complementa ao dizer que a “[...] *oportunidade de uma solução*

*verdadeiramente racional e humana, para a época, se perdeu*” (Costa, 2018, p. 302, grifo nosso). Portanto, com a declaração de Lucio Costa que as classes sociais seriam fisicamente separadas na capital da Nigéria parece afastar uma “abstração utópica” para reproduzir a realidade em questão. Além disso, a exploração da ideia de associação, que por exemplo, provoca modelos de aglomeração autônomos no sentido de comunidade, não é desenvolvida por essa via por Lucio Costa na concepção urbana da capital da Nigéria, pois, o arquiteto, por outro lado, enfatiza o sentido mononuclear da cidade pela sua forma analisando a dimensão territorial, e amplia o seu modelo de unidade vizinhança dependente do núcleo central. A dimensão histórica local, embora também não abordada na etapa de concepção do concurso, foi elaborada pela via de uma tradição arquitetônica das cidades europeias com aplicação e retorno do arquétipo novecentistas associadas à tradição moderna, ao explorar metodologicamente o recurso da citação, que vai dos eixos como partido às significações históricas da arcada verde e do monumento de feição clássica no centro da composição geral.

#### 4 Conclusão

Ao verificarmos a proposta do projeto da capital da Nigéria, percebe-se que há incorporações da revisão do moderno na urbanística de Lucio Costa. Na escala urbana pode-se considerar as mudanças nos elementos morfológicos do espaço urbano, ainda que ancorados nos princípios racionalistas, como a ruptura com a ortogonalidade a favor de um traçado da rua na escala setorial das superquadras, o resgate do monumento e do quarteirão no centro da cidade, a reequação do centro da cidade para a devida integração do pedestre e os mecanismos de controle para evolução do território.

Das questões síntese que foram discutidas na década de 1950, parte destas, como o contexto, a natureza, o vernáculo, não foram considerados especificamente no projeto da capital da Nigéria, embora sabemos que Lucio Costa possua essas mesmas questões como prioritárias no âmbito de alguns de seus projetos urbanos, como no Museu das Missões (1937), no Parque Guinle (1943), no Outeiro da Glória (1959), no Plano Piloto da Barra da Tijuca (1968), no projeto Alagados para a preservação do Centro de Salvador (1973), no Novo Polo Urbano de São Luís (1980), no Corniche em Casablanca (1981), em alguma medida na Expansão de Brasília (1988) e, principalmente, de maneira geral, na sua intenção plástica arquitetônica. Ainda sobre as discussões para a superação do modelo de definição do traçado urbano por meio das funções pela ideia de organização do tecido urbano ao considerar as relações sociais e as associações humanas, fica evidente que Lucio Costa mantém as funções humanas como definidoras do tecido urbano, e enaltecendo o centro cívico como principal núcleo para as manifestações identitárias e para os agrupamentos das relações sociais. Pode-se considerar que as citações e colagens do repertório histórico no projeto da Nigéria teve um procedimento mais expressivo que o Plano Piloto de Brasília ao aplicar o *boulevard*, as *Ramblas*, a rotunda, as arcadas verdes e o monumento no centro da cidade.

A respeito das críticas sociais ao movimento moderno, não se encontra diálogo dos projetos de Lucio Costa com a participação do usuário. Sobre o autoritarismo político de rendimento máximo pode ser considerado relativo, pois, o projeto da capital da Nigéria prioriza, ainda que explorando a escala monumental, a escala humana, na sua resolução de unidades de vizinhança e na conformação do centro da cidade e na dimensão territorial. De acordo com as conformações das associações humanas, Lucio Costa mantém seu modelo de comunidade fixado na unidade de vizinhança onde a expressão

da superquadra apresenta-se com diferentes tipologias que refletem, principalmente, o nicho econômico e social, que acabam por conformar a densidade, que define consequentemente a qualidade da privacidade e o gabarito das edificações, a conformação do sistema viário interno das quadras, e a forma do agrupamento, além da qualidade espacial. A superquadra de configuração quadrada não se repete nos seus projetos posteriores ao Plano Piloto de Brasília, sendo esse modelo substituído pela unidade de vizinhança circular ou em formato de losango. Assim, o estudo comparativo revelou que houve uma variação, no que se refere a mistura de classes sociais nas superquadras. Não é possível afirmar que essa mudança na forma da unidade vizinhança é resultante das discussões das cidades descentralizadas em clusters proposta pelos arquitetos do Team X, porém é possível perceber uma tendência de ordenar, as vias, a *promenade architecturale*, da maior área de habitação para uma paisagem mais dinâmica.

Como vimos, a chave de análise para o projeto foi à luz das discussões ocorridas, no eixo europeu e no eixo anglo-americano, sobre as novas propostas metodológicas que passaram a abranger a disciplina. A relação com o Plano Piloto de Brasília mostrou a persuasão do zoneamento funcional, o núcleo urbano central com a sua monumentalidade e o agrupamento humano por meio das superquadras. O Plano Piloto de Brasília e o projeto da capital da Nigéria são os únicos projetos em escala de cidade dentro de um panorama de nove projetos de urbanismo, em escala de paisagismo, de bairro e de projeto para conservação de patrimônio, que foram desenvolvidos por Lucio Costa a partir da década de 1950. Para complementar a tese que Lucio Costa foi, aos poucos, incorporando e contribuindo com as revisões do moderno, faz-se necessário ainda uma análise desses outros projetos de urbanismo, a fim de elaborar um panorama mais sólido.

## Agradecimentos

A presente pesquisa possui apoio financeiro da Fundação da Ciência e Tecnologia – FCT do Governo de Portugal através de um contrato de bolsa de Investigação (UI/BD/151126/2021) e o acolhimento institucional do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – CEAU da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto – FAUP; agradecimento ao apoio institucional à Casa da Architectura – Centro Português de Arquitetura.

## Referências

- ABUBAKAR, I. R. Abuja City Profile. **Cities**, Londres, v. 41, p. 81-91, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2014.05.008>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- AGBA, E. **A study of problems in new urban development and construction**: the case of Abuja the new federal capital of Nigeria. 1986. 477 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, 1986.
- AVERMAETE, T. **Another modern**: the post-war architecture and urbanism of Candilis-Josic-Woods. Rotterdam: NAI, 2005.
- CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- COLQUHOUN, A. **Modernidade e tradição clássica**: ensaios sobre arquitetura, 1980-1987. Tradução: Christiane Brito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COSTA, L. **Registro de uma vivência**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- ELLEH, N. **Architecture and politics in Nigeria**: the study of a late twentieth-century Enlightenment-inspired Modernism at Abuja, 1900-2016. London: Routledge, 2017.
- ELLIN, N. **Postmodern Urbanism**. 2. ed. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1999.
- FCDA. **The Master Plan for Abuja**: the new federal capital of Nigeria. Abuja: Federal Government of Nigeria, 1979.
- FGN. **Report on the dual role of Lagos**. Lagos: [s.n.], 1975.
- FERREIRA, M. M.; GOROVITZ, M. **A invenção da Superquadra**. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ainvencaodasuperquadra2aed.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.
- JENCKS, C. **Movimentos Modernos em arquitetura**. Tradução: José Marcos Lima. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LAUWE, P. C. Sociologia da habitação: métodos e perspectivas de investigação. **Arquitetura**, Lisboa, n. 68, p. 41-50, jul. 1960.
- LEFEBVRE, H. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Gallimard, 1970.
- LOOS, A. **Ornamento e crime**. [1908]. Tradução: Lino Marques. Lisboa: Cotovia, 2004.
- LOPES, J.; VALE, P. H. Um legado do urbanismo moderno em São Luís: o projeto de Lucio Costa para o Novo Polo Urbano (1979). In: CONGRESSO DOCOMOMO N NE, 7., 2018, Manaus. **Anais eletrônicos** [...] Manaus: DOCOMOMO N NE, 2018.
- MONTANER, J. M. **A Modernidade superada**: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001a.
- MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno**: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001b.
- MUMFORD, E. **The CIAM discourse on urbanism**: 1928-1960. Cambridge, Mass.; Londres: The MIT Press, 2000.
- REGO, R. New capital cities in the Global South: post-modernist context, modernist layout in Nigeria and Brazil. **Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n. 42, p. 1-15, jun. 2021. DOI 10.15847/cct21820. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/21820>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROWE, C.; KOETTER, F. **Collage City**. Cambridge, Mass.; Londres: The MIT Press, 1978.

Barreto, C. C.

*A urbanística de Lucio Costa na revisão do moderno: o projeto da Capital da Nigéria e sua relação com Brasília*

SMITHSON, A. **Urban structuring**: studies of Alison & Peter Smithson. London: Studio Vista, 1967.

SMITHSON, P. *et al.* Capital Cities. **Architectural Design**, Londres, v. XXVIII, n. 11, p. 437-441, nov. 1958.

TAFURI, M. **Projecto e utopia**: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo. Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

TSCHUMI, B. **The Manhattan transcripts**. Londres: Academy Group, 1977.

VENTURI, R.; SCOTT BROWN, D; IZENOUR, S. **Learning from Las Vegas**: the forgotten symbolism of architectural form. 2. ed. Cambridge, Mass.; Londres: The MIT Press, 1991.

ZEVI, B. **História da arquitectura moderna**. Tradução: Virgílio Martinho. Lisboa: Arcádia, 1970.